



Petroluta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petit, 261 - VL Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetrol@terra.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
email: sipetrol1@terra.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1621

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolosasco@terra.com.br

Subsede Bauru
Rua Beiruth, 4-77
Vila Seabra - Bauru - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Alferes José Caetano, 1944
Centro - Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 / 3834

Subsede Sorocaba
Rua Marcio Santos Flores, 19
Wanel Ville - Sorocaba - SP
Fone: (15) 3359-1710 / 1711

Nº 196
SET/OUT 2017

Campanha Salarial

Trabalhadores aprovam proposta negociada com o Sindigás

Os trabalhadores, por maioria absoluta, aprovaram proposta do Sindigás para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do período de 01/09/2017 a 31/08/2018

A proposta aprovada estabelece:



Fizemos uma negociação forte e, em um ambiente de alta incerteza política e econômica, a categoria garantiu ganho real para salários e a valorização em itens importantes

- ▶ Reajuste de 3% nos salários;
- ▶ Reajuste de 3% nos pisos;
- ▶ PR de 190% + R\$ 500,00 fixo, sendo 160% + R\$ 500,00 pagos até 31/10/2017 e 30% com pagamento previsto para até seis meses após, ou seja, até 30/04/2018;
- ▶ 4,5% de correção no Vale Alimentação, passando dos atuais R\$ 460,00 para R\$ 480,70;
- ▶ Cesta Extra, paga até 31/01/2018 no mesmo valor de R\$ 480,70;
- ▶ 10% de correção no Vale Refeição, passando dos atuais R\$ 30,00 para R\$ 33,00;
- ▶ 1,73% (INPC-IBGE) de correção nas demais cláusulas econômicas (Auxílio Creche, Auxílio Filho Excepcional, Auxílio-Funeral e Prêmio Brigada de Incêndio);
- ▶ Aumento de seis meses no pagamento do Auxílio Creche, passando o período do benefício de 18 para 24 meses; e ampliação do benefício auxílio ao filho excepcional, com a inclusão do parágrafo único como segue: Será concedido, desde que previamente comunicado ao gestor imediato, o abono das horas limitado a um dia, para acompanhamento do filho para os tratamentos médicos e/ou terapias de reabilitação, desde que comprovado por declaração ou atestado nominal de acompanhamento;
- ▶ O pagamento das diferenças salariais e benefícios serão pagos até 31/10/2017;
- ▶ Manutenção do Vale Gás e das demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho.

A proposta foi apresentada em reunião nos dias 21 e 22 de setembro, entre o Sindigás e a Fepetrol (Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado São Paulo), representando os sindicatos filiados, inclusive o Sipetrol.

A direção do Sipetrol destaca que estes índices e valores foram conquistados após um longo, exaustivo e árduo embate com os patrões e são as melhores condições possíveis diante da situação

econômica e social que vivemos no país. Pois a categoria recebeu reajuste de 1,27% acima da inflação do INPC-IBGE. O Vale Refeição foi reajustado em 10% e o Vale Alimentação em 4,5%. Além disso, houve avanços nas cláusulas do Auxílio Creche e Auxílio Filho Excepcional, na manutenção do fornecimento de botijão de 13 quilos mensalmente através do Vale Gás e também foi mantida a cláusula que proíbe as empresas de praticarem a terceirização na atividade-fim, para evitar demissões na categoria.

Negociação forte

Fizemos uma negociação forte e, em um ambiente de alta incerteza política e econômica, a categoria garantiu ganho real para salários e a valorização em itens importantes como Vale Alimentação, Refeição e Auxílio creche. Garantimos também a PR de 190% mais R\$ 500,00 fixos. Essas são conquistas importantes. Por isso, valorize seu Sindicato, apoie e participe!

QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS, NÃO TEM DIREITO DE TÊ-LOS! APOIE O SEU SINDICATO!

Negociação

Atenção trabalhadores das revendas de gás: no dia 07 de novembro acontece a primeira rodada de negociações da Campanha Salarial 2017/2018 com o Sergás. A reunião acontecerá na sede da Fepetrol, na Vila Mariana, em São Paulo.

Sem chance! Pág. 04
CPRM vem com choradeira e zero de reajuste

Na luta Pág. 04
Negociações com a BR são iniciadas

Liquigás - Ultragaz Pág. 03
Falta de concorrência emperra venda

Petrobras Pág. 03
Parente tenta acelerar privatização

02

EDITORIAL

O trabalhador brasileiro está sendo tão massacrado diariamente que parece que vivemos um pesadelo. Mas não podemos esmorecer!

É fundamental nos mantermos unidos na luta contra os ataques

Como temos tratado neste espaço, a reforma trabalhista que entra em vigor no dia 11 de novembro é um retrocesso enorme a todos os trabalhadores do país, que terão uma série de direitos violados.

E não são só os sindicatos que apontam para a gravidade deste problema: uma série de magistrados ligados à Justiça de Trabalho avaliam que diversos pontos da reforma desrespeitam a Constituição Federal e tratados internacionais dos

quais o Brasil é signatário, como mostra o texto abaixo.

Além da reforma trabalhista e da liberação para a terceirização da atividade-fim, o governo Temer tenta acelerar a reforma da Previdência para dificultar ainda mais a aposentadoria dos trabalhadores. E tem mais: congelamento do teto de gastos, que vai diminuir os investimentos em áreas como educação e saúde pública por 20 anos, afrouxamento ao trabalho escravo, os grandes

escândalos de corrupção etc. etc. etc.

O trabalhador brasileiro está sendo tão massacrado diariamente que parece que vivemos um pesadelo. Mas não podemos esmorecer! Agora, mais do que nunca de hora de nós, que construímos, com muito suor e luta o nosso país, mostrarmos nossa união, nossa força, em busca de um Brasil melhor. Participe da luta junto ao Sindicato!

A Diretoria
SIPETROL

Magistrados dizem que reforma trabalhista não pode ser aplicada como foi aprovada

Juizes, desembargadores e ministros da Justiça do Trabalho dizem que as novas normas da reforma trabalhista, que começa a valer dia 11/11, não poderão ser aplicadas integralmente. Eles se reuniram em Brasília dia 09/10 em evento da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

No encontro, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, entre outros, fizeram duras críticas às mudanças nas leis que regem as relações entre patrões e empregados e avisaram: diversos pontos da reforma não se tornarão realidade, pois desrespeitam a Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Para o ministro do TST Mauricio Godinho, por exemplo, caso a nova lei seja interpretada de maneira literal, a população não terá mais acesso à Justiça do Trabalho no Brasil, o que representaria clara ofensa ao princípio do amplo acesso ao Judiciário estabelecido pela Constituição.

O Brasil, lembrou o magistrado, é



Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores, procuradores e auditores fiscais do Trabalho, entre outros, avisaram: diversos pontos da reforma não se tornarão realidade, pois desrespeitam a Constituição e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário

um dos dez países do mundo que mais subscrevem ou ratificam tratados internacionais - segundo ele, são mais de 80. E a jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal Federal, ressaltou Godinho, é no sentido de que os acordos com outras nações têm força supralegal e devem ser respeitados como qualquer outra norma jurídica vigente.

Ele listou alguns pontos da nova lei que considera prejudiciais aos trabalhadores. Equiparar a dispensa coletiva a demissões isoladas, disse,

é um dos exageros. Na visão do ministro, não há como dizer que demitir uma pessoa é a mesma coisa do que dispensar 4 mil funcionários. "A Constituição e outras normas, como o Código de Processo Civil, tratam com cuidado e zelo à figura do abuso do direito", argumentou.

O trecho do texto que trata do salário e sua composição também deverá ter uma interpretação restritiva, defendeu Godinho. "Como uma gratificação habitual vai deixar de compor o salário? Gratificação dada durante vários

anos faz parte do salário por força de princípios da CF e do tratado da Organização Internacional do Trabalho", frisou.

O presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, classificou a nova legislação como "altamente polêmica" e admitiu que faz parte da corrente que vê na lei inúmeras "inconstitucionalidades e inconveniências". Vários pontos da reforma também se chocam com tratados internacionais, que integram o ordenamento jurídico com status de supralegalidade, defendeu. A norma não é o texto, a norma é o que se extrai do texto, explicou.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, Roberto Parahyba, "a reforma foi aprovada de uma forma açodada, com uma urgência irresponsável e desmesurada, em que pretende atacar os alicerces sob os quais encontram-se construídos todos os princípios do Direito do Trabalho e do direito social, que são espécie do gênero direitos fundamentais". O objetivo do encontro, disse, é tentar minimizar ao máximo o impacto da reforma.

Fonte: Conjur

Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsede mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jerferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaondanet.com.br

■ Mercado

Ultragaz/Liquigás: venda só deve passar no Cade com remédio que garanta 4 concorrentes

A compra da Liquigás, uma distribuidora de gás de cozinha (GLP) da Petrobras, pela Ultragaz, da Ultrapar, só deverá ser aprovada pelo tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) se as empresas aceitarem vender um conjunto de ativos que garanta a concorrência no setor, disse à Reuters uma fonte do órgão antitruste.

No fim de agosto, a superintendência-geral do Cade publicou parecer recomendando a rejeição do negócio avaliado em 2,8 bilhões de reais. No começo de setembro, o tribunal do Cade homologou três acordos em processos que investigavam formação de cartel no mercado de GLP nas regiões Nordeste e

Centro-Oeste e que envolviam Liquigás e Ultragaz.

Com a posição da superintendência, o caso envolvendo duas das maiores distribuidoras de gás de cozinha (GLP) do país foi para o tribunal do Cade, onde aguarda a apresentação de um relatório para ser julgado pelo colegiado.

"A dificuldade é que a Liquigás é a maior distribuidora do mercado de GLP e foi vendida para a segunda maior, em um mercado com quatro grandes concorrentes. Se houver aplicação de remédio, será para garantir que continue havendo quatro concorrentes no mercado",



Liquigás é a maior distribuidora do mercado de GLP e foi vendida para a segunda maior

disse a fonte, que falou sob a condição de anonimato.

A fonte disse que o caso guarda semelhanças com o da compra da rede Alesat pela Ipiranga, também do grupo Ultrapar, que foi rejeitado pelo Cade no início de agosto. Porém, ela lembrou que nessa ocasião as empresas não aceitaram as condições

impostas pelo Cade para aprovar o negócio, o que levou o órgão a barrar a venda.

O caso tem prazo máximo para ser julgado de 330 dias, contados a partir da notificação da operação, ocorrida em 7 de abril deste ano.

Fonte: Extra/Reuters

■ Petrobras

Para acelerar privatização, Parente promete "beijar" o mercado



Pedro Parente ao Financial Times: "se o mercado sorri para nós, podemos ir até lá e dar um beijo nele"

Em entrevista ao jornal britânico Financial Times, defendendo a aceleração da privatização da Petrobras, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, diz que, "se o mercado sorri para nós, podemos ir até lá e dar um beijo nele".

"A Petrobras está acelerando os planos para o que se espera que seja uma das maiores privatizações do país, a listagem de seu negócio de postos de gasolina, para aproveitar as condições de mercado", diz a reportagem, publicada em 06 de outubro.

■ Cada vez mais caro!

Preço do botijão de gás volta a subir

A Petrobras anunciou, dia 10 de outubro, reajuste médio de 12,9% no preço do botijão de gás de até 13 kg a partir do dia 11, devido, segundo a empresa, à variação das cotações do produto no mercado internacional. A estatal esclareceu que o reajuste atual não se aplica ao GLP destinado a uso industrial e comercial.

No ano, o preço médio do gás de cozinha no país acumula alta de 9,97%, segundo pesquisa semanal da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), subindo de R\$ 55,74 em janeiro para R\$ 61,29 na semana encerrada em 24 de setembro.



Pela nova política de preços adotada pela Petrobras, o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) será revisado todos os meses.

Na composição de preços ao consumidor, a Petrobras responde por cerca de 25% do valor final, enquanto outros 20% são tributos. Os outros cerca de 55% correspondem a custos de distribuição e revenda.

■ **Afronta!**

CPRM propõe reajuste zero e retirada de direitos e negociações da ACT 2017-18 não avançam

Após duas rodadas de negociações, a CPRM manteve a proposta de reajuste zero e retirada de direitos do ACT, alegando como sempre que não tem autorização dos órgãos superiores para concessão de reajustes. No entanto, a empresa tem autorização do governo golpista para cassar direitos expressos no ACT, conquistados com muita luta ao longo dos anos.

Não vamos permitir!
A primeira rodada de negociações, chamada pela empresa de reunião inaugural, ocorreu em 20/07/2017 com a presença do presidente da empresa com a choradeira de sempre: a crise econômica e restrição orçamentária da empresa etc.

A empresa apresentou uma contraproposta de reajuste zero e retirada de direitos do ACT, que foi veementemente



Nas reuniões anteriores, empresa veio com choradeira e demonstrou desrespeito às reivindicações dos trabalhadores, que continuam fortes na luta!

rejeitada pelas entidades sindicais. Diante da posição firme da bancada dos trabalhadores, a empresa emitiu ofício garantindo o ACT até o fim das negociações, o que de certa forma é uma avanço.

Na segunda rodada, realizada em 26/09/2017, a empresa teve a pachorra de apresentar a mesma contraproposta, num claro desrespeito à bancada dos tra-

balhadores, impedindo qualquer possibilidade de avanço, mesmo nas cláusulas sociais.

Em assembleia realizada em 05/10/2017, os trabalhadores e trabalhadoras da CPRM-SP ratificaram a rejeição da contraproposta e exigiram a retomada imediata das negociações. Foi agendada uma rodada de negociações para 25/10/2017, na cidade do Rio de Janeiro.

■ **Queremos valorização!**

Iniciadas as negociações com a BR

No dia 27 de setembro os representantes dos trabalhadores da BR se reuniram com os representantes da empresa para a primeira rodada de negociações.

A Companhia apresentou os resultados financeiros do primeiro semestre de 2017 para justificar uma pauta de redução de benefícios aos seus trabalhadores. Já as entidades sindicais destacaram que a empresa vem apresentando forte evolução positiva da geração operacional de caixa e voltou a obter lucro contábil expressivo e que nos anos de 2017 e 2018

serão bons os resultados da Cia., o que deve representar um acordo de trabalho com ganhos para os empregados.

Os sindicalistas fundamentaram os pleitos que compõe a pauta de reivindicações e expuseram os princípios que devem nortear as negociações: manutenção da data-base em 1º de setembro como parte do alinhamento estratégico com a Petrobras; não diferenciação de direitos e benefícios entre empregados atuais e futuros; nenhum direito a menos; melhoria nas condições de trabalho.

João Faisca **DÁ O TOQUE!**

VAI LÁ, VOVÔ!
É POUCO MAS É SEU!

CAIXA →

Começa saque de cotas do PIS/Pasep para pessoas a partir de 70 anos

Quem pode sacar?

Homens acima de 65 anos e mulheres acima de 62 anos que trabalham com carteira assinada e contribuíram para o PIS/Pasep até 4 de outubro de 1988

Calendário de saque

- A partir de:
- 19 de outubro - homens de mulheres com 70+anos
- 17 de novembro - aposentados
- 14 de dezembro - homens acima de 65 anos e mulheres acima de 62 anos
- Qualquer data - herdeiros de cotistas mortos

Consulta do saldo

PIS www.caixa.gov.br/cotaspis **Pasep** www.bb.com.br/pasep



Nota de pesar

Partiu, no dia 20 de outubro de 2017, o companheiro Miguel Francisco de Campos. Diretor da nossa Subsede em Bauru, este valoroso sindicalista tinha 61 anos e faleceu vítima de parada cardíaca. Deixa esposa, filhos e uma legião de amigos de luta! Miguel foi velado e enterrado no Cemitério de Bauru.